

**UniRV - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**INDICADORES DE QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO DO BRASIL, COLÔMBIA
E MÉXICO**

CLEIDIMAR ARANTES LOPES

Orientador: Prof. Me. RICARDO NEVES BORGES

**Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado à Faculdade de Ciências
Contábeis da UniRV – Universidade de Rio
Verde, como parte das exigências para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis.**

RIO VERDE – GOIÁS

2015

**UniRV - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**INDICADORES DE QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO DO BRASIL, COLÔMBIA
E MÉXICO**

CLEIDIMAR ARANTES LOPES

Orientador: Prof. Me. RICARDO NEVES BORGES

**Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado à Faculdade de Ciências
Contábeis da UniRV – Universidade de Rio
Verde, como parte das exigências para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis.**

RIO VERDE – GOIÁS

2015

L851i Lopes, Cleidimar Arantes.

Indicadores de qualidade do gasto público do Brasil, Colômbia e México. / Cleidimar Arantes Lopes - Rio Verde: UniRV, 2015.

45 p.: ils. figs, tabs.

Orientador: Prof.º Ms. Ricardo Neves Borges.

Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação) - Universidade de Rio Verde - UniRV, Faculdade de Ciências Contábeis, 2015.

1. Gasto Público. 2. Indicadores de Sociais. 3. Políticas Públicas.

CDU: 657.05:658.115

TERMO DE APROVAÇÃO DA MONOGRAFIA OU ARTIGO
UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TERMO DE APROVAÇÃO

Indicadores de Qualidade do Gasto Público do Brasil, Colômbia e México

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo acadêmico Cleidimar Arantes Lopes como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado em 02 de dezembro de 2015 pela banca examinadora constituída por:



Prof. Me. Ricardo Neves Borges



Prof. Esp. Adriane Gomes Ferreira Silveira



Prof. Esp. Evandro Loimar Santos Pontes

DEDICATÓRIA

À minha mãe Maria de Fatima Arantes de Oliveira Lopes, que sempre esteve ao meu lado, apoiando-me nos momentos de dificuldades e me encorajando a trilhar o caminho escolhido por mim, e não mediu esforços para que eu concluísse esta etapa na minha vida.

Às pessoas que contribuíram direta ou indiretamente no decorrer da realização desse trabalho, minha família, e aos amigos que convivi no decorrer da graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças para superar cada obstáculo e chegar ao final desta jornada. Aos familiares próximos e amigos pelo amparo e incentivo concedidos durante os momentos de dificuldades e fraquezas. Aos professores, pelos conhecimentos que comigo compartilharam, ao meu orientador Ricardo Neves Borges, pelo apoio e ensinamentos necessários para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

LOPES, Cleidimar Arantes. **Indicadores de qualidade do gasto público brasileiro comparado com México e Colômbia.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação em Ciências Contábeis) – UniRV – Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2015¹.

Nas últimas décadas, vem ocorrendo uma crescente na divulgação de indicadores que mensuram a qualidade do gasto público, sejam eles governamentais ou pesquisas científicas, os institutos de pesquisas e as universidades tem desenvolvido um papel imprescindível nesse aspecto. Diante disso, o objetivo geral dessa pesquisa é apresentar os métodos utilizados pelo Brasil, Colômbia e México para medir a qualidade do gasto público e também evidenciar as diferenças apresentadas por cada método. Esta é uma pesquisa bibliográfica, baseada em fontes de pesquisas como: livros, artigos, sites e outros que tratam do assunto. No decorrer do trabalho foi identificado que as metodologias utilizadas para determinar o indicador de qualidade do gasto público foram: a Análise *Data Envelopment Analysis* (DEA), o *Free Disposal Hull* (FDH) e o Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP). Desses métodos identificados para determinação do índice de qualidade do gasto, o Brasil se utiliza dos três, enquanto a Colômbia utiliza-se da *Data Envelopment Analysis* (DEA) e o México adota o *Free Disposal Hull* (FDH).

Palavras-chave: gasto público, indicadores sociais, políticas públicas.

¹ Orientador: Prof.º Ms. Ricardo Neves Borges – UniRV.

ABSTRACT

LOPES, Cleidimar Arantes. **Quality indicators of the Brazilian public spending compared to Mexico and Colombia.** 2015. Term Paper II (Degree in Accounting) – UniRV – University of Rio Verde, Rio Verde, 2015².

In recent decades, there has been an increasing in the dissemination of indicators that measure the quality of public spending, whether governmental or scientific research, research institutes and universities has developed an essential role in this regard. Thus, the general objective of this research is to present the methods used by Brazil, Colombia and Mexico to measure the quality of public spending and also highlight the differences presented by each method. This is a literature search, based on sources of research as: books, articles, and other sites dealing with the subject. During the work it was identified that the methodologies used to determine public spending quality indicator are: the Analysis Data envelopment analysis (DEA), the Free Disposal Hull (FDH) and the Public Expenditure Quality Index (IQGP). These methods identified to determine spending quality index, Brazil is used of the three, while Colombia is used in Data envelopment analysis (DEA) and Mexico adopts Free Disposal Hull (FDH).

Keywords: public spending, social indicators, public policy.

² Advisor: Teacher Ms. Ricardo Neves Borges – UniRV.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCC (ou VRS) – *Variable Returns to Scale* ou Retornos Variáveis de Escala.

DEA – *Data Envelopment Analysis*.

FDH – *Free Disposal Hull*.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada.

IQGP – Índice de Qualidade do Gasto Público.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PIB – Produto Interno Bruto.

PNUD – Programa das Nações Unidas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Contextualização	11
1.2 Problema de pesquisa	12
1.3 Objetivos.....	12
1.3.1 Objetivo geral	12
1.3.2 Objetivos específicos.....	12
1.4 Justificativa.....	12
1.5 Delimitação.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Gasto público.....	14
2.2 Política pública	15
2.3 Qualidade do gasto no setor público.....	17
2.4 Indicadores sociais.....	20
2.4 Finanças públicas.....	23
3 PROCEDER METODOLÓGICO	25
3.1 Objetivos.....	25
3.2 Procedimentos	25
3.3 Abordagem do problema de pesquisa.....	26
3.4 Técnicas de coletas de dados	27
3.4.1 População e amostra	27
3.5 Método de análise.....	28
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	29
4.1 Indicadores utilizados	29
4.2 Metodologias de cálculo dos indicadores	30
4.2.1 Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP)	30
4.2.2 <i>Data Envelopment Analysis</i> (DEA).....	31
4.2.3 <i>Free Disposal Hull</i> (FDH).....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37

REFERÊNCIAS39

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

As políticas públicas têm uma relevância significativa sobre a qualidade do gasto público, pois é com base nas determinações dessas que ocorre a alocação de recursos (RIBEIRO, 2008).

E para que essa política tenha a capacidade de sanar os problemas aos quais ela se propõe, é necessário que sua elaboração seja feita com base em indicadores, como por exemplo, da educação, saúde, dentre outros, que possam representar com fidedignidade determinada realidade (SILVA, 2010).

Para que o país tenha um desempenho econômico e proporcione uma prestação de serviços com qualidade, é necessário que o governo tenha políticas públicas que possibilite aos gestores, realizar a destinação de recursos com o que realmente é essencial, o que conseqüentemente, além de reduzir os gastos desnecessários, torna possível uma prestação de serviços eficiente (MENDES, 2011).

Ainda de acordo com Mendes (2011), os gestores precisam conhecer o significado dos indicadores sociais que é de grande relevância para a determinação de áreas sociais necessitadas de mais recursos do orçamento público, fato esse que poderá influenciar significativamente na qualidade do gasto.

Visando o gasto de recursos com o que realmente é necessário, foi criada a Lei nº 101 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabelece padrões sobre o gasto público. Dentre as normas estabelecidas está a transparência do gasto público e a que determina limites no que diz respeito à alocação dos recursos, principalmente ao se tratar de gastos com pessoal (RIBEIRO, 2008).

No Brasil, para a mensuração da qualidade do gasto público nas entidades governamentais, é utilizado o Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP), e com foco na importância dessa avaliação da qualidade do gasto no setor público, esse trabalho tem como objetivo realizar um comparativo sobre o método utilizado no Brasil com a Colômbia e o México, no intuito de identificar os diferentes métodos de mensuração do gasto em setores

como, educação, saúde, segurança, dentre outros setores essenciais para o bem-estar e crescimento econômico do país.

1.2 Problema de pesquisa

Quais os indicadores que mensuram a qualidade do gasto público são utilizados no Brasil, Colômbia e México?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Verificar quais indicadores são utilizados na mensuração do gasto público no Brasil, Colômbia e México.

1.3.2 Objetivos específicos

- Discorrer sobre o gasto público;
- Discorrer sobre a qualidade do gasto público;
- Apresentar bibliograficamente um comparativo dos métodos de mensuração da qualidade do gasto público do Brasil, Colômbia e México.

1.4 Justificativa

A qualidade do gasto público é um tema muito relevante para se discutir a nível mundial, pois um país que não tem um bom controle do gasto público está propenso a não proporcionar a sociedade um serviço de qualidade (BORGES; PEREIRA, 2014).

Partindo do contexto qualidade do gasto público, se tem como premissa que, para atingir a eficiência e a eficácia no setor público, devem ser aplicados apenas os recursos necessários em áreas específicas, evitando desperdícios e focados na qualidade do gasto, mas para que seja possível essa aplicação é necessário acompanhamento do gasto público com base em indicadores sociais e econômicos (JANNUZZI, 2005).

Para que os indicadores sociais e econômicos possam sempre atingir um nível de satisfação, é essencial que o governo determine políticas públicas capazes de solucionar os problemas ou melhorar situações que afetam a qualidade de vida da população, como por exemplo, melhora na saúde pública, segurança, educação, infraestrutura, dentre outros setores que impactam diretamente na qualidade de vida (WELCH, 2008).

Levando em consideração a importância da qualidade do gasto público, da política pública e dos indicadores para saber se um país proporciona uma qualidade de vida e apresenta bom desempenho econômico, é importante a realização de comparação dos métodos de avaliação do gasto com outros países, que nesse caso serão comparados os utilizados pelo Brasil com os utilizados pela Colômbia e México.

A importância de realizar uma comparação entre países ou regiões é que, com base nessa confrontação será possível identificar os métodos adotados para obter-se uma boa qualidade de vida e de gasto. Pretendeu-se verificar se os países seguem um padrão de trabalho ou se adotam procedimentos diferentes e qual o impacto que essa política pode causar na sociedade.

1.5 Delimitação

O estudo foi realizado buscando bibliograficamente indicadores governamentais e de pesquisas científicas que mensuram a qualidade do gasto público no Brasil, Colômbia e México.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gasto público

O gasto público é o desembolso de valores monetários para manter em pleno funcionamento o aparelhamento dos órgãos públicos, afim de que esses cumpram com suas funções levando a sociedade um serviço de qualidade (BRAGA, 2012).

Um controle no gasto público possibilita ao país, a disponibilidade de mais recursos para investimentos em setores essenciais, como manter o aparelhamento de hospitais, a aquisição de viaturas para as instituições de segurança pública, dentre outros investimentos essenciais, e ainda pode impactar na qualidade na prestação de serviços a sociedade (WELCH, 2008).

Quando há gastos em excesso, se torna um círculo vicioso para que seja possível manter o equilíbrio nas contas públicas e alcançar o superávit primário, as ações dos gestores são os aumentos na carga tributária e corte no investimento público. No entanto, a elevação da carga tributária impacta na redução da rentabilidade líquida, enquanto a redução de investimentos no setor público provoca um perecimento na infraestrutura que conseqüentemente causa um aumento do custo final de produção/serviço. Como resultado dessas ações o serviço público tem o custo elevado e a qualidade do serviço público fica comprometida (MENDES, 2011).

Para que o governo tenha a capacidade de proporcionar ao cidadão serviços de qualidade é relevante à redução nos gastos, pois o aumento desses é um dos fatores que tende a provocar queda na qualidade dos serviços prestados pelo fato de impactar negativamente na economia (BORGES; PEREIRA, 2014).

No que se refere a mensuração do gasto no setor público, pode ser dificultada por fatores como, falta de informações confiáveis e a classificações orçamentárias deficientes, impossibilitando auferir preços aos produtos/serviços. E ainda, o resultado que diz respeito aos benefícios ou resultados obtidos, na maioria das vezes é dificultoso a avaliação de determinado gasto sem que haja identificação mais precisa dos objetivos da política em questão (RIBEIRO, 2008).

Nos últimos anos vem se discutindo muito sobre o gasto público e os fatores que incentivam essas discussões são; a carga tributária elevada no país e o retorno de baixa qualidade dos serviços prestados se equiparado ao valor investido. O resultado dessa confrontação faz com que a população não aceite mais aumentos ou criação de impostos em prol da produção de bens e prestação de serviços melhores (MAIA et al., 2013).

O gasto público teve um aumento significativo no decorrer do século XX, esse aumento ganhou força nos países que se envolveram com esforços nas duas grandes guerras do século. O aumento relevante foi notado entre os anos 1914 a 1918 e 1939 a 1945, esse acréscimo não foi revertido pela maioria dos países, apenas em alguns casos tiveram a reversão parcial em anos posteriores, assim o esforço com guerra e tudo que implica no sentido de gastos com militares, expandiu historicamente a despesa pública no mundo (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008).

Giambiagi e Além (2008), ainda expõe outros fatores que influenciaram no aumento do gasto, como por exemplo, o envelhecimento da população que passou a demandar serviços de saúde e aumentaram as despesas previdenciárias, além disso, a urbanização que exige um gasto com saúde passou ter a necessidade de investimentos na infraestrutura, educação, dentre outros serviços. Também o aumento de preços em relação aos serviços, provocado pelo aumento da população, que passou a exigir mais dedicação dos prestadores de serviços, que por sua vez passaram a cobrar mais caro para a realização dos trabalhos, por exemplo, médicos, professores e etc.

2.2 Política pública

A política pública é uma forma de expressão que tende a definir uma situação específica da política, e uma maneira de facilitar o entendimento desse conceito é expor o significado da palavra destacada. Política, palavra de origem grega que expõe a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, e a palavra pública vem de origem latina e tem como significado povo (OLIVEIRA, 2010).

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Ainda conforme Teixeira (2002), essas políticas têm como objetivo expandir e efetivar os direitos de cidadania, visando o aumento do desempenho com a criação de opções para a geração de empregos e renda, como forma de compensar os ajustes criados por outras políticas de caráter econômico e também as políticas que buscam regular os conflitos entre os diferentes autores sociais devido as incoerências de interesses que não são resolvidos por si mesmas ou pelo mercado que necessita de intermediação.

Um dos problemas no Brasil para a elaboração das políticas públicas está relacionado à falta de conhecimento da realidade, o que não significa analisar, mas sim distribuí-la melhor, pois o Brasil no que se refere à análise desse tipo tem uma das mais avançadas em relação a outros países. Porém há necessidade de ter um conhecimento mais aprofundado, ou seja, se a pessoa é considerada o ponto de partida para conhecimento da realidade, na qual ela está inserida, somente com conhecimento bem detalhado sobre essa realidade será possível desenvolver políticas capazes de proporcionar a determinada sociedade, a melhoria necessária e esperada pelas pessoas (NOVARA et al., 2003).

A caracterização da política pública tornou-se necessária, em determinado momento da história do período moderno, onde a população notou que as normas estatais não deveriam ser utilizadas apenas para garantir a seguridade social, mas que deveriam também providenciar serviços com o intuito de reduzir a desigualdade social e articular crescimento econômico. Essas políticas são compostas por um conjunto de influência dos estados que estão voltados para acarretar efeitos em ações sociais, são conhecidas como políticas de educação, saúde, assistência social, transporte, segurança, dentre outros (SANTOS, 2008).

Santos (2008) ainda afirma que, o surgimento da política pública ocorre com a ideia de influências do governo, e partindo desse contexto as políticas só poderiam ser formuladas por agentes públicos. Uma situação que representa uma política pública, por exemplo, é o fato de periodicamente eleger pessoas para a composição do poder Executivo e Legislativo, as quais estão designadas a seleção e gestão dos trabalhadores públicos. Essas pessoas se utilizariam de conhecimentos específicos para o planejamento, a execução e o acompanhamento de um conjunto ações governamentais a fim de possibilitar que os direitos dos cidadãos sejam atendidos.

Os objetivos das políticas têm referências valorativas, que apresentam alternativas e visões daqueles que tem o controle do poder, mesmo que para a legitimação seja necessário considerar certos interesses de área social designada, que depende da sua capacidade organizacional e de negociação (TEIXEIRA, 2002).

2.3 Qualidade do gasto no setor público

Qualidade no gasto público está relacionado ao uso consequente de recursos, afim de alcançar os objetivos previstos, evitando gastos desnecessários, gastando menos e sem afetar a qualidade do produto ou serviço (MALENA et al., 2013).

A qualidade do serviço público, antes de tudo, é a prestação de serviço com qualidade sem diferenciar se é prestado por Instituição de caráter público ou privado. O que se busca é a melhoria nos resultados, com a aplicação de recursos incluindo esforços, e o resultado a ser alcançado é a satisfação que é proporcionada ao cliente/cidadão, consumidor ou usuários desses serviços (TIRONI et al., 1991).

E de acordo com Silva (2010), a qualidade do gasto público está vinculada às políticas públicas, pois por meio dessas o governo define a forma que será feito a alocação dos recursos com o intuito de proporcionar a sociedade serviços com eficiência e eficácia.

Nos últimos anos, vem se tornando cada vez mais relevante a questão do uso eficiente de recursos públicos, através das discussões que tratam das boas práticas de gestão fiscal. Um fator que influenciou as discussões sobre as transparências na prestação de contas públicas se deu com o surgimento da Lei nº101 (Lei Responsabilidade Fiscal) que passou a vigorar a partir do ano 2000, com a finalidade de equilibrar tais contas. Assim que essa lei entrou em vigor passou exigir do setor público uma política fiscal com boa qualidade, com vistas para o controle das contas públicas, pois se não forem equilibradas e controladas podem afetar diretamente na qualidade dos serviços prestados à população, inclusive a ocorrência de gastos desnecessários (RIBEIRO, 2008).

Com vistas para o equilíbrio das contas a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu limites nos gastos como, despesas com pessoal, endividamento, saúde, educação, seguridade social, dentre outros. Com o intuito de induzir os entes federados a cumprirem as normas previstas na lei complementar, são estipuladas punições financeiras administrativas e punições legais. Sendo as primeiras basicamente destacadas como a proibição de recebimento de transferências voluntárias e a proibição da realização de operações de crédito (BRASIL, Lei nº 101, 2000).

Devido aos limites de recursos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para atender o aumento nas demandas por parte da sociedade, o Governo Estadual, Federal e Municipal é induzido a procurar técnicas eficientes e que tornem a administração focada nos resultados. Com as finanças equilibradas e adotando essas práticas se tem como consequência

a melhor alocação de recursos de forma eficiente, coesa e sem desperdícios, com base na legislação e necessidades da sociedade (MALENA et al., 2013).

De acordo com Guerzoni Filho (2006), alguns gestores da política econômica parecem achar que a LRF se resume a gerar um superávit primário, em qualquer dimensão e a qualquer custo, negligenciando aspectos fundamentais como a maior transparência e a modernização da gestão. Com isso é necessário avançar na consolidação da Lei de responsabilidade Fiscal, bem como corrigir os problemas na aplicabilidade da lei, sendo que, importantes instituições e regras contempladas na lei até hoje não foram criadas e regulamentadas. Já em outros casos, as normas até têm efeito legal, mas não funciona na prática.

E ainda no que diz respeito aos gastos, Guerzoni Filho (2006) afirma que, o gasto com pessoal é uma categoria muito relevante, pois caso seja feita uma admissão equivocada, o servidor gera gastos dispensáveis ou de baixa produtividade para os seguintes 40 ou 50 anos.

Para a avaliação da despesa pública, Rocha e Gilberti (2007) apresenta a forma direta e indireta, na forma indireta considera gastos que podem impactar no crescimento econômico do país, como por exemplo, gastos com educação, saúde, dentre outros, ou seja, nessa avaliação, deve-se medir o desempenho do setor, em seguida confronta esse resultado de desempenho com os gastos incorridos em insumos para a realização do serviço. Já na avaliação de forma direta, mede-se o efeito que o gasto pode provocar no crescimento econômico do país, com base em análises estatísticas/econométricas ou um estudo de caso.

E em relação aos cálculos, Ribeiro (2008) afirma que, por mais que seja simples a realização, quando se tem estimativas sobre os custos, insumos, a quantidade e a qualidade dos produtos, ainda há alguns fatores que dificultam no que diz respeito a mensuração baseada na experiência da produtividade e das despesas públicas, a determinação dos custos, para a realização desses serviços. Pode ser dificultada por situações como a falta de informações confiáveis, classificações orçamentárias deficitárias e a impossibilidade de se estabelecer custos fixos para um produto ou serviço em especial. Quanto aos benefícios ou resultados obtidos, muitas vezes é difícil a mensuração a partir de determinados gastos governamentais sem que haja identificação precisa dos objetivos da política em questão.

E para definir a qualidade do gasto, é imprescindível que se tenha a definição correta sobre um padrão aceitável para determinado serviço, de forma que as iniciativas comunitárias da sociedade civil possam medir a qualidade do próprio serviço, e por meio dos resultados obtidos na mensuração possam ser adotadas ações com o intuito de melhorar desempenho do serviço prestado (RIBEIRO, 2008).

Levando em consideração uma forte demanda sobre a transparência das informações e a qualidade dos serviços disponibilizados pelo setor público ao cidadão, a adoção de indicadores se torna uma ferramenta praticamente indispensável para que seja possível monitorar a transparência sobre os atos dos gestores públicos (FERNANDES; SILVA, 2009).

Para ter um controle sobre a produtividade dos gastos no setor público, antes de tudo devem ser identificados os objetivos principais de cada programação de gasto, excluindo os esforços, superposições e recursos para fins secundários, como por exemplo, o objetivo primordial da pesquisa militar é fazer com que a segurança nacional seja melhor, em vez de procurar novas tecnologias para fins industriais. Vale ressaltar que os objetivos secundários não são menos importantes, a situação é que a dedicação e esforços devem ter como foco nos objetivos primários ou essenciais, evitando com isso possíveis desperdícios de recursos (CÂNDIDO JUNIOR, 2001).

Cândido Junior (2001), ainda identifica alguns fatores que podem influenciar na qualidade do gasto público como, por exemplo, a diminuição de gastos com pessoal, que ao utilizar-se de um instrumento que provoca a queda no salário real, terá como consequência a perda da qualidade na provisão dos serviços públicos. Também para que os investimentos públicos possam produzir efeitos positivos, devem ser alocados em setores que possam gerar externalidades positivas, podendo ser reforçado pelos investimentos no setor privado e não tornar uma disputa entre setor público e privado, exemplos de investimentos públicos, com reforços ao setor privado, são pesquisa de desenvolvimento e educação básica.

Segundo Faria (2009), diante das relações esporádicas encontradas entre as oscilações, demonstra que a política pública de gastos dos estados pode impactar na renda per capita familiar e no nível de desigualdade na distribuição de renda, porém não produz efeitos relevantes sobre a taxa de desemprego, nível de pobreza e o grau de intensidade em cada estado.

Nos últimos anos, municípios de grande e pequeno porte, com o intuito de elaborar políticas públicas eficientes, vem demandando de indicadores sociais e econômicos que são elaborados por agências estatísticas, empresas de consultoria, dentre outras instituições relacionadas ao planejamento do setor público (JANNUZZI, 2005).

E no que tange à geração das informações sobre os gastos incorridos para a realização das atividades, vem ganhando força no sentido de melhoria do desempenho e eficiência, e também a forte pressão em favor de mudanças na contabilidade pública, para que as decisões sobre o uso de recursos orçamentários tenham como visão os resultados a serem alcançados, com recursos extraídos da população, mediante pagamento de impostos, e não basta saber o quanto o governo tem de gastos com provisão de bens e serviços, o importante é ter o

conhecimento sobre o resultado que poderia ser alcançado com menores custos para o contribuinte (REZENDE; CUNHA; BEVILACQUA, 2010).

E ainda, com as informações geradas pela contabilidade e que geralmente são utilizadas no setor público, privilegiam o fluxo de caixa, e com isso acabam deixando de fornecer informações necessárias para a auferir custos. Quanto ao foco na qualidade do gasto, teve que ser acompanhada de mudanças contábeis de forma que atendessem as necessidades, pois, para medir os custos é necessário o conhecimento no que se refere aos recursos utilizados no provisionamento de um determinado bem ou serviço em determinado período (REZENDE; CUNHA; BEVILACQUA, 2010).

E quanto à redução de gastos do governo, Rocha (2006) expressa que, por mais que em primeiro momento apresente um impacto negativo no PIB, pode sinalizar que futuramente, o governo cobrará menos impostos ou terá uma dívida menor para ser financiada (indica que a economia poderá atuar com menores taxas de juros). Esse tipo de informação anima os consumidores a começarem a projetar uma maior renda no futuro e os empresários a enxergarem menos custos e mais lucro no futuro, fatores esses que podem alavancar o PIB.

2.4 Indicadores sociais

Os indicadores são ferramentas que fornecem informações quantitativas com relação a execução ou o resultado na entrega dos produtos (bens ou serviços) gerados pela instituição, podendo esses ainda envolver aspectos quantitativos ou qualitativos. É uma expressão que estabelece relação entre duas ou mais variáveis que, em comparação com períodos anteriores semelhantes, metas ou compromissos, avaliam o desempenho da atividade em questão (GUZMAN, 2003).

Para Jannuzzi (2005), indicador social é uma forma de medida que tem a finalidade de permitir a realização de um conceito especulativo ou uma demanda de interesses no que refere as programações. Eles apontam, aproximam, indicam e demonstram em termos operacionais as extensões sociais de interesse a partir das políticas implementadas.

Desde a Constituição de 1988, a questão que trata da descentralização administrativa em prol dos municípios, começou a ocorrer um aumento relevante na demanda de informações sociais. Pois cada vez mais, estados e municípios vem se utilizando de uma série de indicadores com a finalidade de planejamento e elaboração de políticas públicas, constituindo com um apoio de grande utilidade e significativa aceitação (SOLIGO, 2012).

Segundo Tironi et al. (1991), para ser utilizado como indicador de qualidade o índice a ser adotado deverá atender algumas características, como por exemplo:

- Apresentar devidamente um grau satisfatório ou que tenham representatividade das atividades e resultados gerados,
- Referenciar preferencialmente, os principais passos ou procedimentos dos processos, tanto no sentido da exigência em relação ao alcance dos resultados, quanto no fato de serem ferramentas de atendimento as necessidades dos consumidores, cliente ou usuários,
- Ter estabilidade, perdurando ao longo do tempo, e devendo esses ter sido criado com base em procedimentos de rotinas, incorporados às atividades normais dos órgãos.

Esses indicadores devem atender a certos requisitos básicos, entre eles a relevância, independentemente de fatores externos e de comparabilidade que necessitam de informações a um custo razoável, sendo confiável, simples, abrangente e formadora de caráter (GUZMAN, 2003).

Considerando a clareza e a facilidade na interpretação, o índice de qualidade no serviço público, pode se tornar também um instrumento importante para a gestão dos gastos no setor público, pelo fato de serem utilizados dados objetivos para a mensuração do desempenho, transformando informações diferentes por meio de escalas padronizadas capazes de equilibrarem os resultados. Vale ressaltar, que esse tipo de análise pode ser realizada em diversas funções do governo (MARQUES; PORTO; WOLLINGER, 2014).

Levando em conta indicadores de qualidade o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que tem como finalidade possibilitar a comparação do desenvolvimento na economia e a qualidade de vida, proporcionada à sociedade de determinado país em comparação a outros países. Este índice é elaborado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), sendo o IDH o resultado de cálculos baseados em dados econômicos e sociais, para a realização desses cálculos são considerados alguns fatores como a educação, a longevidade, o produto interno bruto, a renda per capita (SANTORO, 2013).

No Brasil diferente de outros países latino-americanos, as estatísticas sociais, econômicas e demográficas utilizadas para a criação de indicadores são criadas, agrupadas e disseminadas por diferentes agências que se situam no âmbito Federal ou Estadual (JANNUZZI, 2002).

O IBGE, INEP, ONU e outros institutos, são responsáveis pela elaboração dos índices sociais e econômicos, como por exemplo, Densidade Demográfica, Esperança de Vida, Taxa de mortalidade, Taxa de Natalidade, Índice de Desenvolvimento Humano, Índice Gini, Linha de Pobreza, Anos de Estudo, Gasto Médio por Aluno, Gasto Público total com Educação, Gasto

Público com Educação em Relação ao PIB, Taxa de Analfabetismo, Dívida Pública, Investimento, Produto interno Bruto, PIB - per capita, dentre outros indicadores que são utilizados para a elaboração de políticas para o desenvolvimento econômico e social.

De acordo Jannuzzi (2005), a escolha de um indicador para mensurar o serviço público, não está limitado ao momento do acompanhamento, a escolha pode correr também no momento do diagnóstico, da elaboração ou na implantação de determinada política pública. A mensuração dessas políticas em implantação pode ser bem executadas mediante a escolha cautelosa de indicadores, no decorrer dessa implementação deve-se ser monitorado por meio de indicadores, os insumos, os processos, os resultados e os impactos. Enquanto na avaliação os indicadores devem ser específicos e terem a capacidade de refletir as mudanças ocorridas provenientes das políticas implantadas.

Conforme exposto por Marques, Porto e Wolling (2014), através do indicador de qualidade do gasto é possível compor um Ranking do desempenho comparando Estados, Escolas, Regiões Administrativas, dentre outras funções do serviço público, sendo considerado para essa comparação a disponibilidade de dados referente aos custos das unidades/regiões e utilização de indicadores sociais e econômicos adequados para fins comparativos.

Com a utilização de indicadores na gestão, se tem um propósito que pode estar enfocado de duas formas. Sendo a primeira com foco na perspectiva do gestor público, ao adequar ferramentas que possibilitem o melhor gerenciamento dos recursos disponíveis, e ao mesmo tempo que possa prestar contas ou informar a comunidade sobre o uso destes recursos. A segunda forma, na visão do cidadão e de entidades fiscalizadoras superiores, que poderão exercer melhor controle e a mensuração do desempenho de gestor público (GRATERON, 1999).

Segundo Grateron (1999), ao se utilizar de indicadores de gestão, a entidade pode identificar algumas vantagens, como facilitar o conhecimento dos objetivos e as metas a serem alcançadas. A obtenção de informações de maneira detalhada sobre as atividades e os recursos envolvidos para atingir as metas, também possibilita o conhecimento do resultado e viabiliza a comparação com padrões já determinados, simplificando a compreensão do termo eficiência, eficácia e economia. Assim auxiliando na melhoria dos procedimentos de prestação de contas e o controle efetivo dos recursos.

Os indicadores possibilitam também a seleção dos chamados de oportunidade, que evidenciam a influência da política fiscal sobre as oportunidades individuais e o bom funcionamento dos mercados. São incluídos nesse contexto os indicadores nas áreas de educação, saúde e infraestrutura, também os indicadores conhecidos como musgraveanos,

relacionados a três funções básicas de ação do setor público, a igualdade social, a estabilidade e o crescimento econômico, também os indicadores de administração, os indicadores de corrupção, burocracia, qualidade do judiciário e econômica informal (ZYLBERSTAJN et al., 2007).

2.4 Finanças públicas

De acordo com Calado (2012), finanças públicas é embasada no fato de se determinar métodos, princípios e procedimentos financeiros que são utilizados pelo governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal para a execução de seus papéis na alocação, distribuição e estabilização. Já Támez e Moraes (2007), definem que finanças públicas em geral são baseadas nas falhas do mercado, na quais se têm como consequência o surgimento de necessidades, que tange a participação do governo, o estudo das funções governamentais, teoria da tributação e a do gasto público.

Támez e Moraes (2007), ainda afirma que nos últimos 50 anos as despesas governamentais tiveram um aumento considerável assim como sua representatividade em relação ao Produto Interno Bruto, devido a ampliação do setor público que consequentemente impacta no aumento na necessidade de recursos.

Segundo Campanário e Silva (2004), a função estabilizadora é realizada através de ferramentas de política fiscal e política monetária, que por meio dessas se tem como objetivo a redução dos efeitos provocados pelo ciclo econômico, que é entendido como variações nos níveis gerais com relação emprego, renda e nível geral dos preços da economia.

Para Giambiangi e Além (2008), como o mercado não é capaz de garantir altos níveis de emprego, equilíbrio dos preços e altas taxas de crescimento econômico, acaba sendo de grande relevância a interferência do governo afim de evitar grandes oscilações e os meios utilizados para intervenção, que nesse caso, é a política fiscal e monetária.

Se tratando de alocação, Calado (2012) afirma que consiste em equacionar os recursos de forma a serem alocados para o setor público e o setor privado, possibilitando ainda a disponibilidade bens públicos, importantes como as rodovias, educação, segurança, saúde, entre outros. Enquanto que, na função distributiva ocorre o rateio da riqueza, objetivando a melhora do que a sociedade considera justo, como por exemplo, distribuir parcela dos recursos originados de arrecadação por meio de impostos.

Segundo Almeida (2009), as externalidades, os bens públicos, a assimetria da informação e a ocorrência imperfeita são consideradas falhas do mercado.

A externalidade é relacionada a uma compensação devido ao efeito da ação de uma pessoa sobre o bem-estar de outra que não participa da ação, e os bens públicos seria quando as pessoas não conseguem solução para os problemas provocado pelas externalidades, sendo assim necessária a intervenção do governo. Porém as pessoas não devem deixar as forças do mercado e nesse sentido as pessoas não podem ser impedidas de utilizar um bem público (ALMEIDA, 2009). Já com relação à assimetria informação, Almeida (2009) ainda afirma, é quando uma pessoa que é uma parte da negociação tem mais acesso a informações relevantes do que a outra.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

A metodologia tem como função expor o caminho referente a pesquisa, podendo auxiliar na reflexão e averiguação com uma visão sobre o mundo mais questionadora e criativa (SILVA, 2001).

Conforme afirmado por Cavalcanti (2007), a metodologia é conceituada como ferramenta do conhecimento que possibilita aos pesquisadores, em qualquer área de formação, a se orientar adequadamente para o planejamento da pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar resultados.

3.1 Objetivos

Os objetivos de pesquisa são classificados em três tipos: as descritivas, as exploratórias e as explicativas (GIL, 2002).

Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como intenções básicas a descrição das características de uma população e acontecimentos, enquanto que, as explicativas buscam basicamente o testar possibilidades para tirar determinadas conclusões.

E ainda Gil (2002) define que a pesquisa exploratória tem como finalidade possibilitar um maior conhecimento em relação ao problema, visando o esclarecer ou criar possibilidades para o aprimoramento de ideias.

Considerando os conceitos expostos acima, essa pesquisa é classificada como uma pesquisa exploratória, por se tratar de uma pesquisa baseada em informações de outros autores a fim de aprimorar ideias no que diz respeito à qualidade do gasto público.

3.2 Procedimentos

Os procedimentos de pesquisa são classificados em bibliográficas, documental, experimental, levantamento e o estudo de caso (GIL, 2002).

A pesquisa de campo é definida por Marconi e Lakatos (2007), aquela realizada como intuito de realizar o levantamento de informações relacionadas a um problema a ser respondido,

em relação a uma teoria a ser comprovada ou também pela intenção de se descobrir ou compreender a relação entre acontecimentos.

E para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica e desenvolvida com base em trabalhos já elaborados, constituída especialmente por livros e artigos científicos, embora grande parte dos trabalhos seja exigida algum tipo de prática dessa natureza. Há pesquisas desenvolvidas exclusivamente por meio de fontes bibliográficas.

Gil (2002), ainda define o estudo de caso como uma categoria de pesquisa muito utilizada nas ciências biomédicas e sociais, que consiste em um estudo mais aprofundado e exaustivo de um ou poucos objetos, de forma que seja possível seu amplo e detalhado conhecimento, situação considerada praticamente impossível com a utilização de outros delineamentos já considerados.

Segundo Lakatos e Marconi (2007), o procedimento experimental é o método voltado para excelência, pois esse caminha apoiado em fatos reais e concretos, afirmando apenas o que é autorizado pela experimentação.

Lakatos e Marconi (2007) ainda definem, a pesquisa documental como um tipo de pesquisa em que a fonte de dados está restritamente a documentos escritos, ou não, tornando assim o que se costuma dizer fontes primárias, e essa pesquisa pode ocorrer no momento ou depois de ocorrido o fenômeno ou o fato.

Baseado nos conceitos mencionados acima, essa pesquisa é definida como bibliográfica, pois foi baseada em informações disponibilizadas em artigos, teses, revistas, dentre outras publicações.

3.3 Abordagem do problema de pesquisa

O método de abordagem de uma pesquisa pode ser: indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético. (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Segundo Lakatos e Marconi (2001), a abordagem indutiva tem como finalidade influenciar nas conclusões sobre dados em particulares, que pode impactar em uma realidade geral ou universal, realidade essa que não está nas partes examinadas, podendo resultar em induções distorcidas à abordagem dedutiva, ao contrário da indutiva parte do geral para o individual o que faz com que as deduções sejam mais exatas.

Na abordagem hipotético-dedutivo ocorre a formulação de hipóteses, em seguida essas são testadas para a respostas do problema e o dialético é formulado com perguntas, no qual a

resposta de um problema se torna o início de um novo questionamento, enquanto a dedutiva é com base em trabalhos já realizados (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Quanto a classificação dessa pesquisa, é uma pesquisa dedutiva, pois foi buscado respostas para o problema de pesquisa em trabalho já realizados, ou seja, as informações apresentadas neste trabalho consistem em entendimento dos trabalhos já feitos por diversos autores.

3.4 Técnicas de coletas de dados

Com relação as técnicas de coleta dos dados, esta pesquisa é classificada como indireta, por se utilizar de livros, artigos, leis dentre outros documentos, sem ter ocorrido contato direto com o objeto da pesquisa. Lakatos e Marconi (2001) afirma que, a técnica indireta está no fato de a coleta de dados ser a partir de fontes documentais e bibliográficas.

Por ser uma pesquisa bibliográfica, a coleta indireta se tornou o método adequado para o desenvolvimento deste, pois as fontes de pesquisa foram livros, periódicos, artigos e material disponível na internet.

Para Moresi (2003), na pesquisa qualitativa existe uma ligação entre a realidade do mundo e o sujeito, sendo essa uma relação que não pode ser separada, ou seja, a subjetividade do objeto que não pode ser expressada em números, enquanto na quantitativa tudo pode ser trazido em número se utilizando de técnicas estatísticas.

Nesse sentido, essa pesquisa é classificada como qualitativa, uma vez que o objetivo trazer bibliograficamente informações que tratam sobre os indicadores utilizados para mensurar a qualidade do gasto público do Brasil comparado com a Colômbia, México, sem a utilização de dados estatísticos e sim conceituais.

A coleta de dados, foi por meio de sites de busca, universidades e órgãos governamentais, foi de agosto a outubro de 2015.

3.4.1 População e amostra

Considerando a afirmação de Mattar (1996) que, a amostragem não-probabilística intencional é aquela em que a definição dos elementos da população a compor a amostra é o sujeito ao menos em parte do julgamento do entrevistador ou do pesquisador.

Nesse sentido essa pesquisa é uma pesquisa com amostragem não-probabilística intencional, pois foi feita uma pesquisa prévia sobre as metodologias utilizadas pelos países que compõem amostra, e devido as disponibilidades de informações foi definido que os países a serem analisados seriam Brasil, Colômbia e México.

3.5 Método de análise

A pesquisa foi realizada por meio de informações retiradas de livros, artigos, sites de instituições. Desses materiais foram extraídos artigos em português e em espanhol, sendo que para os artigos em espanhol foi feita a tradução via Dicionários Google Translate e Babylon Translate, dessa forma foi possível a identificação do contexto, do quais foram apresentadas as interpretações em citações indiretas.

Feito a tradução dos artigos em questão, foi feito o levantamento das informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, sendo que esse trabalho consistiu em identificar os métodos utilizados pelo Brasil, Colômbia e México utilizam para avaliar a qualidade do gasto público, fazendo um comparativo bibliográfico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme objetivo geral e específicos proposto por esse estudo, apresenta-se nesse tópico, os indicadores de qualidade do gasto público, bem como suas metodologias de cálculo no Brasil, Colômbia e México.

4.1 Indicadores utilizados

No Brasil, em trabalhos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a fim de avaliar e comparar a qualidade do gasto público do Brasil com países da América Latina utilizou-se da metodologia *Data Envelopment Analysis* (DEA) (RIBEIRO, 2008).

Ainda conforme Ribeiro (2008), apesar das dificuldades para mensurar a eficiência do gasto público por falta de informações confiáveis, as pesquisas acadêmicas têm prosperado na mensuração de desempenho e qualidade do gasto público se baseando em serviços ofertados ou resultados atingidos, sendo essas análises realizadas por métodos não paramétricos³ como o *Free Disposal Hull* (FDH) e a *Data Envelopment Analysis* (DEA).

Brunet, Bertê e Borges (2007), na realização da mensuração da qualidade do gasto com Segurança, Saúde e Educação nas unidades da federação com a inclusão, incluindo o Distrito Federal, foi utilizando do método Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP), objetivando explicitar a qualidade do gasto e ainda estabelecer um ranking entre os Estados brasileiros, e assim, realizando um comparativo da qualidade no gasto público.

Nesse contexto, os indicadores utilizados no Brasil de acordo com a pesquisa desenvolvida por esse trabalho, para avaliar a qualidade do gasto público foram: IQGP, DEA e o FDH. Porém, com base nos trabalhos realizados, foi observado que na avaliação da qualidade do gasto público, a adoção desses indicadores, geralmente são para estabelecer uma classificação comparativa entre microrregiões, regiões, países e/ou estados.

³ Segundo Abreu (2007), análise não-paramétrica é uma metodologia em que os dados a serem verificados não devem seguir premissas rígidas, e devido essa característica pode ser aplicado em diversas situações.

Nesse sentido, vale discorrer sobre a origem e aplicabilidade dos indicadores que mensuram a qualidade do gasto público, a saber:

- IQGP – Índice de Qualidade do Gasto Público tem sua aplicabilidade acadêmica, uma vez que a origem desse método foi realizado por Brunet, Bertê e Borges (2007), em um concurso realizado pelo Tesouro Nacional;
- *Free Disposal Hull* (FDH) tem sua utilização por instituições de pesquisas;
- O DEA é utilizado por instituições como o IPEA e a OCDE. No caso do instituto brasileiro (IPEA) eles são utilizados para fins comparativos de eficiência do gasto público em relação a outros países, pois para sua comparação é necessário utilizar-se de métodos que sejam adequados para características de cada país. Foi identificado também no decorrer da pesquisa, que esse método fora utilizado para análise do gasto comparado entre os estados brasileiros.

Segundo Chamorro (2013), para avaliar a qualidade do gasto público na Colômbia é utilizado a análise *Data Envelopment Analysis* (DEA), o mesmo prefere se utilizar desse método, pelo fato de que países que utilizam do método *Free Disposal Hull* (FDH) para mensurar a qualidade do gasto público podem ser considerados eficientes, porém quando são submetidos ao método de análise *Data Envelopment Analysis* (DEA) não conseguem apresentar a mesma eficiência na despesa pública.

De acordo com Moreno (2008), o método utilizado pelo México para avaliar a qualidade do gasto público é o método *Free Disposal Hull* (FDH). Moreno (2008), ainda afirma que a aplicação desse método de análise, objetiva possibilitar a solução de problemas na adequação do gasto público para o alcance de certos objetos, como por exemplo, no setor da educação, e se o gasto corrente é utilizado de forma eficiente.

4.2 Metodologias de cálculo dos indicadores

Nesta sessão propõe-se apresentar as metodologias utilizadas para a realização de cálculos de eficiência aplicadas pelos métodos dos países estudados: Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP), *Data Envelopment Analysis* (DEA) e o *Free Disposal Hull* (FDH).

4.2.1 Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP)

Cálculo do Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP) é considerado uma relação entre o indicador de bem-estar e o índice de insumo que representa o dispêndio de recursos para a execução dos serviços (BRUNET; BERTÊ; BORGES, 2007).

Nesse contexto, para determinar o índice de qualidade do gasto público é utilizado a seguinte fórmula, conforme mostra a figura 1:

$$IQGP = \frac{\left[\sum_{i=1}^{i=m} (EBi - Mi)/DPI \right] m^{-1}}{\left[(DT/POP) - md \right] dp^{-1}}$$

Fonte: BRUNET; BERTÊ; BORGES (2007, p.15).

FIGURA 1 - Fórmula do método de cálculo IQGP.

E ainda de acordo com Brunet, Bertê e Borgês (2007), depois de calculado o Índice de Bem-estar, o numerador da fórmula 1 (onde EBi são os escores brutos do indicador, Mi e DP são a média e o desvio padrão, respectivamente, e m o total dos indicadores selecionado se do Índice de insumos, o denominador da fórmula 1, onde DT são as despesas totais efetuadas na função selecionada, POP é o total da população na unidade utilizada e md e dp, são a média e o desvio padrão, respectivamente) se obtém o indicador que representará de forma comparativa o quanto se tem de retorno em indicadores socioeconômicos de resultados para cada região em relação ao que foi gasto por cada região para cada função selecionada.

Com relação à análise dos resultados, Borges (2010) afirma que, quanto maior o índice de Bem-estar de uma determinada região comparada as demais, maiores serão as pontuações dessa região se equiparada às outras, essa consideração é inversa quando se trata dos gastos, ou seja, quanto mais elevado for o índice de insumo menor será a pontuação.

4.2.2 Data Envelopment Analysis (DEA)

Mello et al. (2005), define a *Data Envelopment Analysis* (DEA) como um método de cálculo utilizado para mensurar a eficiência dos departamentos produtivos, ou seja, uma ferramenta útil para verificar se setores como da educação, saúde, segurança e demais, alocam adequadamente seus recursos obtendo assim resultados mais robustos.

Segundo Silva e Almeida (2012), essa metodologia consiste em métodos de cálculos que possibilita a avaliação individual de determinados departamentos do setor público com relação aos que apresentaram melhores práticas, como por exemplo, possibilita um comparativo da qualidade do gasto público com educação, podendo essa comparação ser feita a nível Federal, Estadual, Municipal ou Internacional.

Segundo a metodologia elaborada por Charner, Cooper e Rhodes (1978) *apud* Chamorro (2013), para cada setor/departamento, se tem por objetivo uma medida proporcional de todos os produtos (educação, saúde, segurança, etc.) e insumos (salário dos professores, funcionários administrativos da escola, etc.). Para determinar o grau de eficiência com base no modelo com retornos constantes deve ser adotado a fórmula apresentada na figura 2 a seguir:

$$\max h_0 = \frac{\sum_{r=1}^s u_r y_{r0}}{\sum_{i=1}^m v_i x_{i0}}$$

Sujeito a:

$$\frac{\sum_{r=1}^s u_r y_{rj}}{\sum_{i=1}^m v_i x_{ij}} \leq 1; j = 1, \dots, n$$

$$u_r v_i \geq 0; r = 1, \dots, s; i = 1, \dots, m.$$

Fonte: SANTOS (2015, p. 20).

FIGURA 2 - Fórmula com retornos constantes.

Conforme metodologia apresentada na segunda fórmula, as variáveis que a compõem representam os seguintes componentes: h_0 faz referência a eficiência do departamento, o U_r representa o peso atribuído na saída, V_i se trata do peso direcionado as entradas, Y_{rj} representa as saídas do departamento, X_{ij} entradas do departamento, r número de saídas, i número de entradas, j número de departamentos, Y_{r0} saída r DMU₀ e o X_{i0} se trata das entradas i DMU₀ (SANTOS, 2015).

Com relação a retornos variáveis, Ribeiro (2008) afirma que, para uma unidade de decisão n , o problema é representado da seguinte forma, conforme mostra a fórmula da figura 3 a seguir:

Maximizar θ_n

$$w_1, \dots, w_N, \theta_n$$

Sujeito a:

$$\begin{aligned} \sum_{j=1}^N w_j y_{ij} - \theta_n y_{in} &\geq 0 & i = 1, \dots, I \\ \sum_{j=1}^N w_j x_{kj} - x_{kn} &\leq 0 & k = 1, \dots, K \\ \sum_{j=1}^N w_j &= 1 \\ w_j &\geq 0 & j = 1, \dots, N. \end{aligned}$$

Fonte: RIBEIRO (2008, p 13-14).

FIGURA 3 - Fórmula com retornos variáveis.

De acordo com Ribeiro (2008), na fórmula da figura 3, se considera N unidades de determinação que pode produzir determinada quantidade de I produtos diversificados (Y_{in} representa o número de produto I para a unidade N), e usa K insumos distintos (X_{kn} representa a quantidade de entradas k para a unidade N). O coeficiente *score* θ_n é o nível de eficiência da unidade de decisão N , já os W_j ($J=1 \dots N$) são os pesos com relação a cada uma das unidades consideradas na amostra.

Conforme apresentado na fórmula da figura 2, retornos constantes e na fórmula da figura 3, retornos variáveis, cabe observar que, quando se menciona insumos, esse termo faz referência a todos os gastos incorridos para a realização dos serviços, seja no setor da educação, saúde, segurança, infraestrutura, etc. E quando se trata de produtos, faz referência ao resultado obtido nesses setores mencionados e que pode ser medido com base em indicadores como IDH, PIB, Índice de mortalidade, Grau de escolaridade, etc. (CHAMORRO, 2013; RODRÍGUES; PEREZ, [s.d.]; MORENO, 2008).

4.2.3 *Free Disposal Hull (FDH)*

Assim como no DEA, esse é também um método de cálculo que tem como finalidade a mensuração da eficiência dos departamentos produtivos, ou seja, uma ferramenta útil para

analisar se os setores como educação, saúde, segurança e outros, alocam adequadamente seus recursos obtendo assim resultados mais robustos (MELLO et al., 2005).

De acordo com Santos (2008), a adoção do *Free Disposal Hull* (FDH), ocorrem mais nas situações em que são considerados países que não são superados por outros da amostra no sentido de produzir mais utilizando a mesma quantidade de insumos, ou manter a produção com a utilização de menos insumos.

A principal característica do modelo *Free Disposal Hull* (FDH), é não impor a convexidade da tecnologia, e sim representar apenas livre disponibilidade de fatores e produtos, sendo tal modelo baseado no fato de que muitas vezes é difícil encontrar uma justificativa teórica ou baseada na experiência para defender a convexidade de conjuntos de hipóteses e possibilidades de produção (GARCÍA, 2004).

E segundo Rodríguez e Pérez [s.d], essa análise pode ser feita pela função de produção na qual determina entradas x para produção y , nesse caso, se refere a redução de rendimentos, deve ser estabelecida a fronteira de eficiência que é obtida a partir dos níveis de produções observados para cada setor, seja ele saúde, educação, segurança, etc.

Rodríguez e Pérez [s.d], expõe a seguinte fórmula, conforme ilustra a figura 4:

$$IES = \frac{x_0}{x_1} \qquad OES = \frac{y_B}{y_A}$$

Fonte: RODRÍGUEZ; PÉREZ (s.d., p. 55).

FIGURA 4: Fórmula *Input Inefficiency Scale IEs* e *Outiput Efficiency Sale*.

Conforme a fórmula 4, Rodríguez e Pérez [s.d], afirmam que, no decorrer da análise e comparação, ao detectar o gasto ocorrido em excesso por determinado departamento em relação aos que estão servindo de referência, ele pode ser considerado ineficiente. Nesse sentido para definir deficiência do setor em questão deve ser utilizada a quantidade de entradas utilizadas em excesso, ou produção que se deseja gerar com os insumos, sendo que é medido a ineficiência por parte dos insumos (*Input Inefficiency Scale IEs*) e com relação ao produto (*Outiput EfficiencySale, OES*).

O quadro 1 a seguir apresenta os indicadores utilizados no Brasil, Colômbia e México:

QUADRO 1 - Indicadores utilizados no Brasil, Colômbia e México.

INDICADORES	ÍNDICE DE QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO (IQGP)	DATA ENVELOPMENT ANALYSIS (DEA)	FREE DISPOSAL HULL (FDH)
CONCEITOS	Estabelece Ranking entre as Estados/Regiões/Microrregiões, é utilizado esse indicador determinando a relação entre o Bem-Estar e os Insumos utilizados para a realização dos serviços. Tem como objetivo, a determinação da qualidade do gasto comparado com outras regiões, sendo que este indicador fora feito somente no âmbito acadêmico (BRUNET; BERTÊ; BORGES, 2007).	É um método de cálculo utilizado para mensurar a eficiência dos departamentos produtivos, ou seja, uma ferramenta útil para verificar se setores como da educação, saúde, segurança e etc alocam adequadamente seus recursos obtendo assim resultados mais robustos (MELLO et al., 2005).	Assim como no DEA, esse é também um método de cálculo que tem como finalidade a mensuração da eficiência dos departamentos produtivos, ou seja, uma ferramenta útil para analisar se os setores como educação, saúde, segurança e etc., alocam adequadamente seus recursos obtendo assim resultados mais robustos (MELLO et al., 2005).
PRINCIPAIS RESULTADOS	Em trabalho realizado por Brunet, Bertê e Borges (2007), foi feita a análise da qualidade do gasto público se utilizando da função segurança, função saúde e a função educação. Para o cálculo é feita a relação entre Indicadores de Custo (despesa per capita) e os indicadores Sociais de Retorno de cada setor mencionados. Ainda de acordo com o trabalho feito por Brunet, Bertê e Borges (2007), nos resultados obtidos pelo IQGP, foi possível concluir que para as funções Educação, Saúde, em geral, os departamentos da federação com um menor índice de gasto apresentam um desempenho melhor na qualidade do gasto, em contrapartida com o aumento do dispêndio de recursos o retorno obtido no sentido de melhoria na qualidade de vida da população não é proporcional a despesa acrescida. E os estados com esse tipo de situação atípica	Em trabalho realizado por Ribeiro (2008), foi utilizado para mensurar a qualidade do gasto público: a orientação pelo produto e retornos decrescentes de escala-insumos, que resultou no consumo final do governo Geral. Nesse sentido os Scores de eficiência apresentados pelo Brasil, Colômbia e México foram: 1,226, 1,221 e 1,099 respectivamente. Nessa comparação o Brasil obteve um melhor índice com relação aos mencionados. Em trabalho realizado na Colômbia por Chamorro (2013) foi possível identificar que na análise feita do período de 2005 a 2010 alguns departamentos permaneceram eficientes enquanto no departamento Quíndio teve uma queda abrupta, sendo que o retorno variável saindo de 0,554 em 2005 para 0,435 em 2010 o, apesar de ter ocorrido um	Em trabalho realizado no México por Moreno (2008), após estimar a eficiência geral por nível de entradas no qual é determinado o nível primário e secundário, foi feita a análise por nível separadamente na análise primária, foi identificado que em média metade dos estados mostram a eficiência de 94,96% ou mais, enquanto que no lado do produto é superior a ou igual a 99,8%. E na análise secundária, metade dos estados exibem eficiência de 92,15% ou mais, ao passo que se o produto for medido pela mediana eficiência é 99,19%. Em trabalho realizado no Brasil por Silva e Almeida (2012), foi feito a análise do setor da educação no qual se utilizou de uma amostra de 149 municípios brasileiros, sujeito a análise do FDH, foi identificado que a correlação entre a eficiência e o nível de

	são os da Região Norte, com exceção do Pará.	aumento no PIB per capita teve uma redução na sua taxa de cobertura.	reprovação foi negativo e estatisticamente significativo no nível de 5%, fato esse que pode ter sido provocado pelo gasto público eficiente.
PAÍSES QUE UTILIZAM	Brasil	Brasil e Colômbia	Brasil e México
UTILIZAÇÃO	Acadêmica.	Acadêmica e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).	Acadêmica e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).
TIPOS DE TRABALHOS	Artigos científicos, Dissertações e Monografia.	Artigos científicos e Documentos oficiais do IPEA.	Artigos científicos e documentos oficiais do IPEA.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa desenvolvida, 2015.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da constante necessidade de ter uma alocação de recurso eficiente, os governos municipais, estaduais e federais têm buscado formas de verificar se os dispêndios dos recursos incorridos nas atividades realizadas, realmente cumprem com os objetivos ao que se propõem alcançar.

Nesse sentido são utilizadas ferramentas para avaliar as políticas públicas e também a qualidade do gasto público.

Dentre as ferramentas utilizadas para mensurar a despesa pública, nesse trabalho foi identificado à análise *Data Envelopment Analysis* (DEA), o *Free Disposal Hull* (FDH) e o Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP).

Dos países que foram analisados, foi identificado que o Brasil é o único que se utiliza dos três métodos, com a finalidade de analisar a qualidade do gasto público são utilizados os métodos de mensuração do gasto IQGP, FDH e DEA.

Já na Colômbia é utilizada a metodologia DEA, e no decorrer do trabalho não foi identificada outra metodologia utilizada para a avaliação da despesa pública, com base nas pesquisas feitas identificou-se que a adoção dessa metodologia pela Colômbia se deve pela rigorosidade da metodologia em questão para a avaliação da qualidade do gasto público.

No México identificou-se apenas a utilização do método *Free Disposal Hull* (FDH) na avaliação da eficácia do gasto público, conforme informações colhidas a aplicação desse método objetiva a responder a questão da adequação do gasto público para o alcance de certos objetos, e ao contrário da análise DEA não é uma metodologia rigorosa se tratando de convexidade à tecnologia.

Conforme o objetivo dessa pesquisa foi proposto apresentar os indicadores de qualidade do gasto público, porém para que seja possível atingir tal indicador, é necessária a aplicação dos métodos análise *Data Envelopment Analysis* (DEA), o *Free Disposal Hull* (FDH) e o Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP). Ou seja, os indicadores são resultados obtidos após a aplicação dessas metodologias, as quais consideram índices de bem-estar, insumos e saídas.

Tem-se como conclusão dessa pesquisa, que em todos os métodos apresentados no momento de analisar a qualidade do gasto público, sejam eles departamental ou não, são utilizadas informações como gastos com professores (insumos), a quantidade de alunos alcançados pelo ensino ministrado por esses professores e a qualidade do ensino que é resultado desse dispêndio de recurso.

Outro exemplo que poderia ser citado também seria uma análise na área da saúde, em que se equipara a compra de insumos (medicamentos, materiais cirúrgicos e outros; necessários para o atendimento a sociedade, incluindo a mão de obra dos médicos). Nesse contexto seja pelo método de verificação IQGP, FDH ou DEA, serão levadas em consideração essas informações. A única diferença está na forma de realização do cálculo, que leva em consideração, fatores específicos para cada método.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana. M. **Estatística não-paramétrica: Teste de ajustamento do Qui-quadrado, Testes de independência e de homogeneidade do Qui-quadrado.** [S.1], 2007. Disponível em: <<http://cee.uma.pt/edu/Bioest/teorica/capitulo6.pdf>>. Acesso em: 01/10/2015.

ALMEIDA, Augusto L. **Síntese das Principais Falhas de Mercado.** 14 de Maio de 2009. Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos-academicos/ciencias-economicas/3992-sintese-das-principais-falhas-de-mercado>>. Acesso em: 14/10/2015

BORGES, E.F.; PEREIRA, J.M. **Educação Fiscal e Eficiência Pública: Um estudo das suas Relações a partir da Gestão de Recursos Municipais.** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/download/1202/972>>. Acesso em: 18/04/2015.

BORGES, Matheus Fachin. **Qualidade do Gasto Público Municipal: uma abordagem microrregional para o Estado do Rio Grande do Sul.** 170 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25789/000745589.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20/09/2015.

BRAGA, M.V. de Azevedo. **Debruçando-se sobre a questão da qualidade do Gasto Público.** [S.l.], 05 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/debrucando-se-sobre-a-questao-da-qualidade-do-gasto-publico/67687/>>. Acesso em: 21/04/2015.

BRASIL, Lei nº 101, 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.** Promulgada em 5 de Maio de 2001. Brasília: Senado Federal, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 13/05/2015.

BRUNET, Júlio Francisco Gregory; BERTÊ, A. M. de A.; BORGES, C. B. **Estudo Comparativo das Despesas Públicas dos Estados Brasileiros: um Índice de Qualidade do Gasto Público.** 47 f. Porto Alegre, out. 2007. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIIPremio/qualidade/3qualidadeXIIPTN/estudo_comparativo_das_despesas.pdf>. Acesso em: 20/09/2015.

CALADO, Edilton. (Cord.). **Coletânea de conceitos básicos de finanças públicas para utilização na aplicação de recursos orçamentários nos projetos de extensão.** Universidade Federal do Amazonas – UFAM Amazonas, agosto de 2012. Disponível em: <http://200.129.163.13/portais/anexos/proexti_upload/wp-content/uploads/2013/10/Colet%C3%A2nea-de-Conceitos-B%C3%A1sicos-de-Finan%C3%A7as-P%C3%ABlicas.pdf>. Acesso em: 01/09/2015.

CÂNDIDO JUNIOR, José Oswaldo. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos?** IPEA, 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/77/88>>. Acesso em: 25/04/2015.

CAMPANÁRIO, M. A.; SILVA, M. M. **Fundamentos de uma nova política industrial.** In: **FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. (Org.).** Política industrial 1. São Paulo: Publifolha, 2004. v.1: p. 13-45. Disponível em: <http://www.teleco.com.br/tutoriais/tutorialregulacao/pagina_3.asp>. Acesso em: 14/10/2014.

CAVALCANTI, J. M. **Metodologia de estudo de caso:** livro didático. Palhoça: Unisul, 2007.

CHAMORRO, David Benavides. **Eficiencia del gasto público en Educación: Um análisis a nível departamental para los años 2005 y 2010.** Universidade del Valle Facultad de Ciencias Sociales y Económicas Santiago de Cali, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.uni-valle.edu.co/bitstream/10893/5967/1/0461812-p.pdf>>. Acesso em: 20/09/2015.

FARIA, Daniela de Melo. **Gestão fiscal responsável e qualidade de vida da sociedade: Uma análise do desempenho dos estados brasileiros.** Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4207/Daniela%20de%20Melo.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25/04/2015.

FERNANDES, José Lúcio Tozzetti; SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio. **Indicadores para a avaliação da Gestão das Universidades Federais Brasileiras: Um estudo da influência dos Gastos sobre a qualidade das atividades acadêmicas do período de 1998-2006.** Finanças Públicas – XIV Prêmio Tesouro Nacional, 2009. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIVPremio/qualidade/2qualidadeXIVPTN/Monografia_Tema4_Jose_Lucio.pdf>. Acesso em: 18/04/2014.

GARCÍA, Víctor M. Giménez. **Um modelo FDH para la medida de la eficiencia en costes de los departamentos universitarios.** Hacienda pública española, ISSN 0210-1173, N° 168, 2004. Disponível em: <http://www.ief.es/documentos/recursos/publicaciones/revistas/hac_pub/168_GimenezGarcia.pdf>. Acesso em: 20/09/2015.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://www.academia.edu/4405328/GIL_Antonio_Carlos_COMO_ELABORAR_PROJETOS_DE_PESQUISA_Copia>. Acesso em: 24/02/2015.

GRATERON, Ricardo Guevara Ivan. **Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público**. São Paulo Mai./Ago. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-92511999000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 19/05/2015.

GUERZONI FILHO, Gilberto. Política de pessoal em um ambiente de economia estável. In: MENDES, M. (Org.). **Gasto Público Eficiente – 91 Propostas para o Desenvolvimento do Brasil**, Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

GUZMÁN, Marcela Chile. **Sistema de Control de Gestión y Presupuestos por Resultados**. Divisão de Controle de Gestão Santiago, janeiro de 2003 Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/spanish/chi_res71.pdf>. Acesso em: 13/05/2014.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do Serviço Público, Brasília Abr./Jun. 2005. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Referencia-ind-sociais-revista-serv-publico.pdf>>. Acesso em: 30/03/2015.

_____. **Indicadores Sociais na formulação e avaliação de Políticas Públicas**. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, jan./fev.2002. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2011/02/INDICADORES-SOCIAIS-JANUZZI.pdf>>. Acesso em: 18/04/2015

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **A metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. Ed. Atlas. 1996.

MAIA et al. **A Importância da melhoria da qualidade do gasto público no Brasil: Propostas praticas para alcançar este objetivo**. II Congresso Consad de Gestão Pública – Painel 32: Qualidade do gasto público II, 2013. Disponível em: <<http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/02/A-IMPORT%C3%82NCIA-DA-MELHORIA-DA-QUALIDADE-DO-GASTO-P%C3%9ABLICO-NO-BRASIL-PROPOSTAS-PR%C3%81TICAS-PARA-ALCAN%C3%87AR-ESTE-OBJETIVO1.pdf>>. Acesso em: 18/04/2015.

MALENA, et al. **Análise situacional da eficiência do gasto público com despesas administrativas no governo do estado do Tocantins.** Centro de Convenções Ulysses Guimarães Brasília/DF–16 17 e 18 de abril de 2013. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/bitstream/123456789/847/1/C6_TP_AN%C3%81LISE%20SITUACIONAL%20DA%20EFICI%C3%8ANCIA.pdf>. Acesso em: 13/05/2015.

MARQUES, Valéria Issac; PORTO, Ricardo de Andrade; WOLLINGER, Veviane Botelho Metelo. **Índice de Qualidade do Gasto Público-Segurança, Saúde, Educação.** Estado do Mato Grosso Índice de Qualidade do Gasto Público nº 01, Agosto 2014. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/portal/download/arquivos/Indice_de_qualidade_do_gasto.pdf>. Acesso em: 12/04/2015.

MELLO et al. **Curso de análise de envoltória de dados.** XXXVII Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional. Setembro, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/decisao/sbpo2005_curso.pdf>. Acesso em: 04/11/2015.

MENDES, Marcos. **Como o gasto Público elevado desequilibra a economia brasileira.** Brasil Economia e Governo, 2011. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/07/04/como-o-gasto-publico-elevado-desequilibra-a-economia-brasileira/>>. Acesso em: 14/03/2015.

MORENO, Luis Ramón Moreno. **Evaluación de la eficiencia del gasto gubernamental en México. El caso de la educación primaria.** Vol.20 no.41. região e da sociedade Hermosillo janeiro / abril 2008. Disponível em: <<http://lanic.utexas.edu/project/etext/colson/41/1.pdf>>. Acesso em: 20/09/2015.

MORESI, Eduardo (Org.). **Metodologia da pesquisa.** Universidade Católica de Brasília, UCB, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/Metodologia_Pesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 24/10/2015.

NOVARA et al. **Pobreza e Patrimônio: A comunidade II.** Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <<http://www.avsi-usa.org/docs/pdf/PobrezaBrazil2003.pdf>>. Acesso em: 31.03.2015.

OLIVEIRA, Adão Francisco. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás, 2010. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em: 31/03/2015

REZENDE, F; CUNHA, BEVILACQUA, R. **Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional lições da experiência internacional.** Revista

administração Pública, Rio Janeiro Jul./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a09.pdf>>. Acesso em: 07/05/2015

RIBEIRO, Marcio Bruno. **Desempenho e Eficiência do Gasto Público: uma análise comparativa do Brasil em relação a um conjunto de países da América Latina**. Finanças Públicas _ XIII Prêmio Tesouro Nacional _ 2008. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIIIpremio/qualidade/3qualidadeXIIIPTN/Desempenho_Eficiencia_gasto_Publico.pdf>. Acesso em 31/03/2015.

RODRÍGUEZ, Óscar Javier Cárdenas; PÉREZ, Andrea Celina García. **Eficiencia del gasto educativo em México**. Disponível em: <http://www.academia.edu/9097581/Eficiencia_del_gasto_educativo_en_M%C3%A9xico>. Acesso em: 04/10/2015.

ROCHA, F.; GILBERTI, A. C. **Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros**. Economia Aplicada vol.11 no.4, Ribeirão Preto Out.\Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502007000400001&script=sci_arttext>. Acesso em: 06/05/2015.

ROCHA, Fabiana. Ajuste Fiscal, composição de gasto público e crescimento econômico In: MENDES, M. (Org.). **Gasto Público Eficiente – 91 Propostas para o Desenvolvimento do Brasil**, Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

SANTOS, Andréia Coutinho e Silva, **Análise do desempenho operacional dos portos organizados brasileiros**. Vitória Julho, 2015. Disponível em: <http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Andreia%20Coutinho%20.pdf>. Acesso em: 28/10/2015.

SANTOS, Éverton Gomes Ferreira de Abreu. **Uma Avaliação Comparativa da Eficiência dos Gastos Públicos com Saúde nos Municípios brasileiros**. São Paulo Novembro, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-13012009-152753/pt-br.php>>. Acesso em: 24/10/2015.

SANTORO, José Romeno. **Ecologia e Desenvolvimento Humano**. Ecologia, Meio Ambiente, Geografia Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/o_que_e/idh.htm>. Acesso em: 22/04/2015.

SANTOS, Agnaldo. **Construção das Políticas Públicas – Processos, Atores e Papéis**. [S.l], 2008. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1244/1244.pdf>>. Acesso em: 21/04/2015.

SILVA; ALMEIDA. **Eficiência no gasto público com educação: Uma análise dos municípios do Rio Grande do Norte.** Rio Grande do Norte, jul. /dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/320/280>>. Acesso em: 21/04/2015.

SILVA, Alexnaldo Cerqueira. **Eficiência e Equidade no Gasto com Ensino Público Fundamental nos Municípios Baianos Selecionados: uma estimativa por meio de uma função e bem estar social.** III Prêmio SOF de Monografias Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/educacao-orcamentaria/premio-sof-de-monografias/iii-premio-sof/Tema_1_Alexnaldo_3_lugar.pdf> Acesso em: 21/04/2015.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SOLIGO, Valdecir. **Indicadores: Conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais.** São Paulo mai./ago. 2012 Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1724/1724.pdf>>. Acesso em: 13/05/2015.

TÁMEZ, C. A.; MORAES, J. J. **Finanças Públicas – Teoria e mais de 350 questões.** 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=CKX2BKePG88C&printsec=frontcover&dq=aspectos+importantes+em+finan%C3%A7as+p%C3%BAblicas&hl=pt-zR&sa=X&ved=0CDQQ6AEwBGoVChMI64HcraTcxwIVQhKQCh341wHX#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 13/05/2015.

TEIXEIRA, Edinaldo Celso. **O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** [S.l.]. 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 18/04/2015.

TIRONI, L.; SILVA, L.; VIANNA, S.; MÉDICI, A. **Critérios para Geração de indicadores de Qualidade e Produtividade no Serviço Público.** IPEA texto para discussão n° 238, Brasília, outubro de 1991. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0238.pdf>. Acesso em: 11/04/2015.

WELCH, Jack. **Coletânea de melhores práticas de Gestão do Gasto Público.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Federal. 1° Ed. Brasília, maio de 2008. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/prog_eficiencia/Coletanea_Melhores_Praticas.pdf>. Acesso em: 01/03/2015.

ZYLBERSTAJN et al. **Qualidade do gasto público no Brasil: sugestões para melhorar os resultados das políticas públicas, sem aumento de impostos.** FIPE- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas São Paulo, novembro de 2007. Disponível em: <http://www.etc.org.br/user_file/etco_FIPE%20relatorio-parcial-2611.pdf#page=50>. Acesso em 19/05/2015.

Sites:

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – www.ibge.gov.br.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais – www.inep.gov.br.

ONU – Nações Unidas – <http://nacoesunidas.org/>.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional – <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/>.